

28 NOV 1994

O senador-empresário

que controla o Orçamento

GAZETA MERCANTIL

por Maria Cristina Fernandes
de São Paulo

O relógio de cabeceira do empresário Gilberto Miranda marcava 6 horas da manhã quando o telefonema de um amigo o tirou da cama: "Um jornal carioca traz você e a Lady Di na primeira página. Ela na piscina do Copacabana Palace e você como pivô de um escândalo no governo".

Daquele dia – 26 de abril de 1991 – até hoje, a vida de Gilberto Miranda mudou. Para melhor. O escândalo, envolvendo a intricada rede de relações da Superintendência da Zona Franca de Manaus, teria resultado na queda da ex-ministra Zélia Cardoso de Mello, a denunciante, mas em nada afetou os negócios e a influência de Miranda na região.

Meses depois, enquanto o ex-patrão de seu irmão Egberto Baptista (secretário de Desenvolvimento Regional do governo Collor) aguardava julgamento de seu impeachment pelo Senado, Gilberto Miranda Baptista assumia seis anos de mandato naquela Casa, pelo PMDB, na vaga aberta depois da eleição de Amazonino Mendes, de quem era suplente, para a prefeitura de Manaus.

Em poucos meses de mandato, Gilberto Miranda conquistou espaços na cúpula do seu partido, até chegar ao posto que o deputado baiano João Alves tornou conhecido no País inteiro, relator-geral do Orçamento da União. Dentro de uma semana, Miranda deverá apresentar o seu relatório final.

Mesmo tendo ficado à frente da comissão de Orçamento do Congresso por mais de uma década, Alves apenas se tornou conhecido depois do escândalo envolvendo malversação de recursos, cujos protagonistas – de conta bancária diametralmente oposta à estatura – a imprensa apelidou de "anões do orçamento".

No caso de Gilberto Miranda, sua notoriedade é anterior à vinda de Lady Di ao Brasil. A deputada Beth Azize (PSB-AM), sua adversária na política amazonense, tem uma opinião formada e des preocupada de elegância sobre o papel a ser exercido pelo senador em seu novo cargo. "É como se tivessem colocado

uma mucura (roedor do Amazonas que só se alimenta de galinhas) na comissão do Orçamento."

Miranda, conhecido por irritar adversários retribuindo acusações com gentilezas, se diz imune aos ataques: "Tudo que falam de mim deve-se ao fato de ter enriquecido sendo filho de pai analfabeto e de ter casado na elite paulistana não sendo quatrocentão".

A biografia não autorizada de Gilberto Miranda, compilada de relatos de seus adversários, inicia-se trinta anos depois de o empresário ter deixado sua cidade natal, São José do Rio Preto (interior de São Paulo).

Filho de tintureiro analfabeto – como ele gosta de lembrar –, Deolindo Baptista, e da dona-de-casa Maria Miranda Baptista, Gilberto Miranda foi professor de natação em Brasília nos clubes em que o ex-presidente Fernando Collor e seu amigo Paulo Octávio tinham aulas de caratê.

Formou-se em direito num curso noturno e, depois, voltou a São Paulo, onde começou a trabalhar como advogado da empresa que o levaria a Manaus. É a partir daí que sua história ganha versões.

"Ele teceu uma teia de relações influentes na Suframa e na política local e, desde o início, seu principal capital sempre foi a tramitação de projetos para a Zona Franca", diz o vereador manauara Serafim Correia.

Sócio de catorze empresas na Zona Franca em sociedade com gigantes da indústria eletrônica mundial como Xerox, Mitsubishi, IBM e Olivetti, Gilberto Miranda não diz por quantas vezes multiplicou o patrimônio de US\$ 10 mil com que chegou a Manaus, há vinte anos.

"Tenho duas filhas adolescentes e não quero vê-las alvo fácil de sequestradores", justifica-se Miranda, que não esconde nenhum dos sinais de uma riqueza feita em duas décadas.

Sua mansão no Jardim Paulistano – sim, o senador pelo Amazonas mora em São Paulo – divide-se entre telas de Antônio Bandeira, Sérgio Ferro, Guignard, Di Cavalcanti, Anita Malfatti e Tarsila do Amaral; mobília do século XIX; uma adega com três temperaturas de refrigeração diferentes, onde recebe quinzenalmente a sua confraria de amigos do vinho; e uma coleção de CD de Michael Jackson a Duke Ellington.

Ele mantém um livro de Gauguin aberto sobre a cristaleira para mostrar às visitas o quanto o paraibano Bandeira pinta sob sua inspiração. Orgulha-se da aquisição de seu Malfatti. "Foi uma pechincha. Comprei da família do Aparício (Basílio da Silva, dono da Rastro, já falecido)."

Confortavelmente instalado na pol-



PERSONALIDADE DA SEMANA

Gilberto Miranda, senador e empresário

trona de sua adega, ele tenta explicar por que o País não corre o risco de assistir a uma "CPI do Orçamento II". "Não é preciso", diz.

O mesmo argumento foi usado em sua defesa no episódio Egberto versus Zélia. Da passagem de seu irmão pela Secretaria de Desenvolvimento Regional, Gilberto Miranda herdou acusações de tráfico de influências, lustradas pelos adversários que observam, com atenção, seus passos na Comissão do Orçamento. Ele refuta: "A prova da minha inocência foi a queda da Zélia, que estava blefando quando me acusava".

Dois projetos aprovados pelo Congresso Nacional, durante o governo Collor, teriam tido Miranda como o mais direto beneficiário: a reformulação do Conselho Administrativo da Suframa, que deu a Egberto Baptista o poder de controlar a aprovação de projetos para a Zona Franca de Manaus, e a ampliação das isenções fiscais para a instalação de indústrias de veículos na região.

"Ele é um dos maiores beneficiários das isenções fiscais da Zona Franca e nunca devolveu esses benefícios para a região", acusa o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Manaus, Joaquim Lucena.

As empresas de Miranda se limitariam a cumprir o chamado "Processo Produtivo Básico", a mais simplificada montagem industrial da Zona Franca, apelidada na região de "maquiagem". "Se as empresas dele efetivamente tivessem linha de montagem elas poderiam empregar três vezes mais", diz o sindicalista Lucena, que o acusa de ser um dos principais responsáveis pela crise de desemprego por que passa a Zona Franca de Manaus.

Sem se alterar Gilberto Miranda se defende: "Tenho 150 mil metros quadrados de área coberta na Zona Franca. Nunca pedi um empréstimo oficial e

fui pioneiro da terceirização na região".

Atacado por trabalhadores e malvisto por uma parte do empresariado paulista, que olha com desconfiança a concorrência da Zona Franca de Manaus, Gilberto Miranda esforça-se para aumentar o prestígio entre seus pares.

Antes de ser indicado para o Orçamento, Gilberto Miranda ocupou uma outra relatoria no Congresso – a da Medida Provisória 335, proposta pelo governo Itamar Franco para reforçar o programa de combate à sonegação.

Como relator, Gilberto Miranda incluiu, no texto original da MP, uma emenda que deixava livres de punições os sonegadores de impostos que quitassem suas dívidas com a Receita Federal antes da conclusão do processo administrativo. A emenda foi vetada por Itamar.

No Orçamento, Gilberto Miranda promete rigor com as emendas alheias. Ao assumir a relatoria, o senador prometeu revolucionar o funcionamento da comissão, acabando com os relatores setoriais e distribuindo os projetos aos relatores por ordem alfabética dos parlamentares autores de emendas, para evitar a formação de feudos na Casa.

"Sem as relatorias setoriais ficou difícil a participação da sociedade civil nas discussões do Orçamento", analisa Paulo Rocha, do Instituto de Estudos Sócio-Econômicos, de Brasília.

A reformulação proposta por Miranda, que concentra as decisões nas mãos do relator-geral, é defendida por ele como necessária à rapidez da tramitação do Orçamento. "Na pressa não há discussão", diz o deputado Paulo Bernardo (MG), indicado pelo PT para a comissão.

Miranda se diz ciente de sua "responsabilidade histórica", depois do trauma da CPI. "Depois de nosso relatório vamos provar, ao País, que é possível fazer um trabalho transparente", afirma.

Sete quilos mais magro, depois de duas semanas de trabalho na comissão, Gilberto Miranda aguarda a lista das 5.320 emendas apresentadas pelos parlamentares para preparar seu relatório e submetê-lo à votação no dia 9 de dezembro. "Nesse dia vou abrir um champagne para comemorar."